

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE  
INQUÉRITO DAS APOSTAS ESPORTIVAS (CPI DAS BETS) DO SENADO FEDERAL**

**JORGE BARBOSA DIAS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.219.994-54, vem, com o mais profundo respeito e acatamento, perante Vossa Excelência e os demais ilustres membros desta Douta Comissão, por intermédio de seus advogados (procuração anexa), com escritório profissional sito à Rua Othon Paraíso, 328/360, Campo Grande, Recife/PE, CEP 52.031-435, onde recebem intimações e notificações, submeter à elevada consideração de Vossa Excelência as razões e fundamentos que se seguem, com base no art. 1º, caput, art. 5º, incisos II, X, LIV, LV, LVII, LXI e LXIII, art. 18, art. 58, § 3º, e art. 60, § 4º, I, todos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 145 e art. 146, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos arts. 218 e 261 e correlatos do Código de Processo Penal (CPP), na Lei nº 1.579/52 (Lei das CPIs), e no consolidado entendimento do Supremo Tribunal Federal, notadamente nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 395 e nº 444.

**I. DOS FATOS**

Tendo tomado conhecimento da deliberação desta Douta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) referente à aprovação de um requerimento para sua condução coercitiva, em razão de sua ausência a depoimento designado para o dia 27/05/2025, o Peticionante dirige-se respeitosamente a esta Egrégia Comissão com o intuito de esclarecer as circunstâncias que envolveram sua convocação para depor e os fatos subsequentes, que demonstram a ausência de justa causa para a pretendida condução coercitiva.

A convocação original do Peticionante, para ser ouvido no âmbito dos respeitáveis trabalhos desta CPI, fundamenta-se no Requerimento subscrito pela Exma. Senadora Soraya Thronicke, datado de 2 de dezembro de 2024.

O Peticionante é empresário e desenvolve, entre outras atividades, a criação de cavalos, possuindo para tanto haras em Pernambuco e fazenda no Maranhão, o que naturalmente demanda uma agenda de compromissos, inclusive internacionais.

No contexto de suas atividades profissionais, o Peticionante realizou uma viagem aos Estados Unidos em 11 de maio de 2025, com destino a Miami, Houston e Oklahoma, programando o retorno ao Brasil para o dia 18 de maio, conforme reserva anexa. Entretanto, por questões de ordem pessoal e de natureza premente, viu-se na contingência de antecipar seu retorno, chegando ao Brasil em 15 de maio, o que inviabilizou a ida a Oklahoma.

Uma vez solucionadas as pendências que motivaram seu retorno antecipado, e em continuidade à sua agenda profissional previamente estabelecida, o Peticionante necessitou retornar aos Estados Unidos, com destino a Oklahoma e paradas em Fort Lauderdale e Dallas, para prosseguir com tratativas de negócios concernentes à sua atividade de criação de cavalos.

Esta segunda viagem teve seu início na madrugada do dia 24 de maio de 2025 (sábado), com partida de Recife para Campinas às 03h20min, trâmites de imigração por volta das 07h00min, e decolagem de Campinas rumo aos Estados Unidos aproximadamente às 09h30min.

Foi precisamente durante este período de deslocamento internacional, quando o Peticionante já se encontrava em aeronave prestes a decolar para os Estados Unidos, que o Sr. Victor Comeira, que se identificou como Analista de Processo Legislativo desta CPI, encaminhou uma mensagem via aplicativo WhatsApp ao Peticionante, informando da convocação.

No entanto, o Peticionante somente pôde visualizar a referida mensagem na segunda-feira, dia 26 de maio de 2025, quando já se encontrava em Dallas, Texas. Imediatamente após tomar ciência da comunicação, que o convocava para depor em Brasília no dia seguinte, 27 de maio, o Peticionante, imbuído do mais sincero espírito de colaboração e respeito para com o Poder Legislativo, contatou o mencionado servidor do Senado, expondo sua condição de viajante internacional e comprovando-a com o envio dos cartões de embarque.

É fundamental reiterar, com a mais absoluta convicção, que a viagem do Peticionante não representou, em momento algum, qualquer forma de menoscabo, desrespeito ou tentativa de evasão aos trabalhos desta Douta Comissão, até mesmo porque teve início quando o Peticionante sequer possuía conhecimento da designação de sua oitiva para a data específica de 27 de maio.

Para além da questão fática do impedimento de comparecimento, subsistem, com a devida vênia, fundamentos jurídicos de significativa densidade que igualmente obstarão a pretendida oitiva nos moldes propostos e, com maior razão, a cogitada condução coercitiva.

É, pois, com o espírito de quem busca o diálogo e a correta aplicação do direito, que o Peticionante submete os fatos e fundamentos subsequentes à elevada apreciação desta Presidência.

## **II. RAZÕES PARA RECONSIDERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CONDUÇÃO COERCITIVA DO PETICIONANTE**

Com o devido acatamento, o Peticionante passa a expor as razões de ordem jurídica que, a seu ver, demonstram a impossibilidade de manutenção da deliberação referente à sua condução coercitiva, bem como a necessidade de revisão dos termos de sua convocação.

A validade dos atos emanados do Poder Público, especialmente aqueles que impõem deveres ou podem restringir direitos fundamentais, subordina-se, de forma inarredável, à observância do devido processo legal.

A intimação, como veículo formal de comunicação de atos processuais, para que seja considerada válida e apta a produzir efeitos, deve revestir-se de um certo grau de formalismo, eficácia e, crucialmente, ser realizada com tempestividade que assegure ao destinatário a possibilidade real e concreta de atender ao chamado estatal. Tais pressupostos, Excelentíssimo Presidente, não se verificaram na tentativa de comunicação dirigida ao Peticionante.

A comunicação realizada por meio do aplicativo WhatsApp, conquanto possa ser um instrumento ágil em outros contextos, carece, no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, da formalidade, segurança e solenidade que um ato desta natureza exige.

O art. 3º da Lei nº 1.579/52 remete às prescrições da legislação penal para a intimação de testemunhas e indiciados, e a praxe processual penal prima por métodos que confirmem certeza e documentação robusta ao ato, como a intimação pessoal por servidor qualificado ou por via postal com inequívoco aviso de recebimento, mormente quando não há prévia e expressa concordância do cidadão para ser comunicado por vias eletrônicas informais.

Ainda que se pudesse relevar a informalidade do meio – o que se admite apenas para argumentar –, a "intimação" não cumpriu sua finalidade essencial: dar ao Peticionante conhecimento da convocação em tempo hábil para que pudesse se organizar e comparecer.

Como detalhado, a mensagem foi enviada em 24 de maio de 2025, quando o Peticionante já estava em deslocamento aéreo internacional, com destino a Dallas, Texas, para dar continuidade a uma agenda de negócios lícitos e preexistentes, relacionados à sua atividade como criador de cavalos. Somente em 26 de maio de 2025, já no exterior, o Peticionante teve acesso à mensagem, que o convocava para depor em Brasília/DF no dia seguinte, 27 de maio.

É princípio basilar do direito que, mesmo na ausência de um prazo legal específico, a intimação deve observar uma antecedência razoável. Tal razoabilidade é aferida pela possibilidade concreta de o intimado, diante das circunstâncias, atender à convocação.

Exigir que um cidadão, encontrando-se em outro país em virtude de compromissos profissionais legítimos (cuja viagem se iniciou antes mesmo de qualquer ciência da designação do depoimento para data específica), retorne ao Brasil em menos de 24 horas úteis, é impor-lhe um ônus desarrazoado e, na prática, impossível de ser cumprido. Tal situação configura clara violação ao devido processo legal (art. 5º, LIV, CF/88) e ao direito de ser ouvido de forma digna e preparada, com o devido respeito.

A condução coercitiva é medida extrema. A comunicação prévia do Peticionante sobre seu impedimento e sua disposição em colaborar (conforme explicitado nesta petição) demonstram a desnecessidade e a desproporcionalidade de tal medida.

O §1º do art. 3º da Lei 1.579/52, com a redação dada pela Lei 13.367/2016, estabelece que, “em caso de não comparecimento da testemunha **sem motivo justificado**, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, nos termos dos [arts. 218 e 219 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal](#)”.

Por sua vez, o art. 218 do CPP prevê que “se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer **sem motivo justificado**, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública”.

Como se observa, tanto a Lei nº 1.579/52 quanto o Código de Processo Penal condicionam a condução coercitiva à ausência de justo motivo, o que não é o caso, já que, nunca é demais repetir, a intimação feita de modo informal somente foi visualizada pelo Requerente no dia 26/05/2025, quando ele se encontrava em viagem ao exterior.

A ausência do Peticionante, portanto, não decorreu de qualquer menoscabo para com esta D. Comissão, mas de uma impossibilidade fática absoluta, devidamente comunicada ao servidor do Senado. Assim, não se configuram os pressupostos do §1º do art. 3º da Lei nº 1.579/52 e do art. 218 do CPP, que condicionam a condução coercitiva à ausência de justo motivo após regular intimação. No caso, não houve regular intimação, e o motivo da ausência foi plenamente justificado e comunicado.

Além de a ausência ter sido devidamente justificada, a comunicação feita pelo Requerente ao servidor do Senado, assim que conseguiu ler a mensagem, informando que estava em viagem ao exterior, demonstra sua lealdade processual, afastando qualquer interpretação de desídia ou desrespeito para com esta D. Comissão.

Por fim, o Peticionante registra aqui a sua mais absoluta disposição para colaborar com os respeitáveis trabalhos desenvolvidos no âmbito desta CPI, solicitando apenas que a notificação se dê com uma antecedência razoável, para que ele programe seu deslocamento, atendendo-se às formalidades legais mínimas.

### III. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, e confiando no elevado discernimento, no espírito de justiça e no profundo respeito aos preceitos constitucionais e legais que sempre pautaram a atuação de Vossa Excelência e dos demais membros desta Egrégia Comissão Parlamentar de Inquérito, o Peticionante, de forma respeitosa, vem requerer:

1. Que seja reconhecida a justificativa para o não comparecimento do Peticionante na data originalmente designada, em razão de sua comprovada presença no exterior, para fins profissionais legítimos e em viagem iniciada antes mesmo de ter ciência da designação específica de seu depoimento, fato este devida e oportunamente comunicado a servidor desta Casa Legislativa.
2. Seja reconsiderada a deliberação desta CPI que aprovou a condução coercitiva do Peticionante, determinando-se o seu imediato cancelamento e, por via de consequência, que esta Comissão se abstenha de submeter tal pleito à apreciação do Poder Judiciário ou, na hipótese de já o ter feito, que seja providenciada sua imediata revogação ou retirada.

Por fim, o Peticionante reitera seu respeito aos trabalhos desta Comissão e sua disposição em colaborar com o esclarecimento de fatos que se insiram na esfera de competência deste Senado Federal e que não impliquem violação às suas garantias fundamentais.

Nestes termos, reiterando os protestos de elevada estima e distinta consideração,

Pede e espera deferimento.

De Recife para Brasília, 29 de maio de 2025.

Ernani Varjal Medicis Pinto	Giovana Andréa Gomes Ferreira
OAB/PE nº 22.648	OAB/PE nº 983-B